



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Adm. Pública
para os devidos fins.

Em 23/10/19

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado EVALDO CORREIA

EVANILDO CORREIA
para relatar.

Em 24/10/19

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Administração
Pública



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ

Gabinete do Deputado

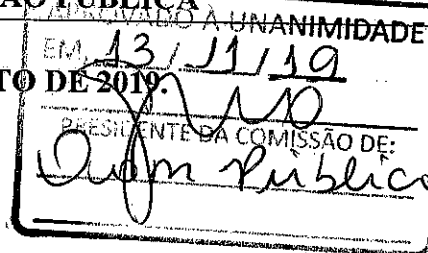
Dr. Francisco Costa

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 157 DE AGOSTO DE 2019.

PROCESSO AL Nº 21087/2019.

AUTORIA: LUCY SOARES



I – RELATÓRIO E VOTO.

Foi enviado à relatoria deste deputado no dia 24/10/2019 projeto de lei nº 157 de agosto de 2019, com a seguinte ementa: “**Acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº 13 de 03 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado do Piauí, das autarquias e das Funções Públicas estaduais e dá outras providências.**”

Em justificativa, a proponente visa aperfeiçoar a Lei Complementar nº 13 de 03 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado do Piauí, das autarquias e das Funções Públicas estaduais e dá outras providências, explanando que maternidade, paternidade e o cuidado a primeira infância são de extrema importância para a saúde materno-infantil, desenvolvimento cognitivo das crianças, empoderamento das mulheres, além de apresentar consequências positivas para a saúde e bem estar dos próprios homens.

Para tanto, esclarece que o projeto acrescenta parágrafo para garantir a servidora pública estadual gozo de licença à gestante e ao servidor público estadual no gozo de licença – paternidade, a prioridade de marcação de férias em período imediatamente posterior ao término da licença.

Quanto à Constitucionalidade da matéria, constata-se que não existem quaisquer vícios e óbices no campo constitucional, estando em consonância com o art. 75 da Constituição Estadual. No que tange aos requisitos regimentais, observo que a proposição atende aos ditames dos artigos 97, 105 e 106 do Regimento Interno. Ressalta-se que a Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria ora em análise, deliberaram pelo acatamento do voto do relator, apurado através dos votos dos Deputados membros daquela comissão, presentes na reunião, portanto, aprovando a Matéria na CCJ.

Ante o exposto e pela relevância da proposição, entendendo que não há impedimento quanto à sua legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, **minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.**


FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Deputado Estadual